

INSEGURANÇA ALIMENTAR E VIOLÊNCIA INFANTIL: REVISÃO DE LITERATURA SOBRE OS IMPACTOS NUTRICIONAIS EM CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM MANAUS, AMAZONAS.

FOOD INSECURITY AND CHILD VIOLENCE: LITERATURE REVIEW ON THE NUTRITIONAL IMPACTS IN CHILDREN IN SITUATIONS OF SOCIAL VULNERABILITY IN MANAUS, AMAZONAS

INSEGURIDAD ALIMENTARIA Y VIOLENCIA INFANTIL: REVISIÓN DE LA LITERATURA SOBRE LOS IMPACTOS NUTRICIONALES EN NIÑOS EN SITUACIÓN DE VULNERABILIDAD SOCIAL EN MANAUS, AMAZONAS

Isabella Bayma da Silva

Graduanda em Nutrição, Faculdade Santa Teresa, Brasil

E-mail: bella_bayma@hotmail.com

Maria Virginia de Carvalho Israel

Graduanda em Nutrição, Faculdade Santa Teresa, Brasil

E-mail: vivicarvalhoisrael@gmail.com

Dimas Melo Gonçalves

Mestre em Engenharia de Processos, Faculdade Santa Teresa, Brasil

E-mail: dimasmelogoncalves@gmail.com

Resumo

A insegurança alimentar infantil constitui um importante problema de saúde pública, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais e vulnerabilidade. Esse fenômeno está associado não apenas à privação de alimentos, mas também a fatores como violência, instabilidade familiar e fragilidade das redes de proteção social, impactando diretamente o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional das crianças. O presente estudo tem como objetivo analisar os impactos da insegurança alimentar em crianças inseridas em contextos de violência e vulnerabilidade social. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de revisão de literatura, com base em artigos científicos nacionais e internacionais publicados nos últimos anos. Os resultados evidenciam que a insegurança alimentar está fortemente relacionada à pobreza, à violência doméstica e comunitária e à negligência, contribuindo para prejuízos no crescimento, no desenvolvimento neurológico e na saúde mental infantil. Conclui-se que o enfrentamento desse problema exige ações intersetoriais e políticas públicas eficazes que garantam o direito à alimentação adequada e à proteção da infância.

Palavras-chave: desenvolvimento infantil; insegurança alimentar; nutrição; vulnerabilidade social; violência infantil.

Abstract

Child food insecurity is a significant public health issue, particularly in contexts marked by social inequalities and vulnerability. This phenomenon is not only related

to lack of food but also to factors such as violence, family instability, and weak social protection systems, directly impacting children's physical, cognitive, and emotional development. This study aims to analyze the impacts of food insecurity on children living in contexts of violence and social vulnerability. It is a qualitative study conducted through a literature review based on national and international scientific articles published in recent years. The results show that food insecurity is strongly associated with poverty, domestic and community violence, and neglect, contributing to impairments in growth, neurological development, and mental health. It is concluded that addressing this issue requires intersectoral actions and effective public policies to ensure the right to adequate food and child protection.

Key-words: child development; child violence; food insecurity; nutrition; social vulnerability.

Resumen

La inseguridad alimentaria infantil constituye un importante problema de salud pública, especialmente en contextos caracterizados por desigualdades sociales y vulnerabilidad. Este fenómeno no solo está relacionado con la falta de alimentos, sino también con factores como la violencia, la inestabilidad familiar y la fragilidad de las redes de protección social, afectando directamente el desarrollo físico, cognitivo y emocional de los niños. El presente estudio tiene como objetivo analizar los impactos de la inseguridad alimentaria en niños que viven en contextos de violencia y vulnerabilidad social. Se trata de una investigación cualitativa, desarrollada mediante una revisión de la literatura basada en artículos científicos nacionales e internacionales publicados en los últimos años. Los resultados evidencian que la inseguridad alimentaria está fuertemente asociada con la pobreza, la violencia doméstica y comunitaria y la negligencia, contribuyendo a alteraciones en el crecimiento, el desarrollo neurológico y la salud mental infantil. Se concluye que el enfrentamiento de este problema requiere acciones intersectoriales y políticas públicas eficaces que garanticen el derecho a una alimentación adecuada y la protección de la infancia.

Palabras clave: desarrollo infantil; inseguridad alimentaria; nutrición; vulnerabilidad social; violencia infantil.

1. Introdução

A insegurança alimentar infantil configura-se como um importante problema de saúde pública, especialmente em países marcados por desigualdades sociais persistentes. Esse fenômeno caracteriza-se pela dificuldade ou incerteza no acesso regular a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para atender às

necessidades nutricionais das crianças, comprometendo seu crescimento e desenvolvimento. Nesse contexto, Gallegos (2021) destaca que a insegurança alimentar durante a infância pode gerar impactos significativos no desenvolvimento físico e cognitivo, com repercussões que se estendem ao longo da vida.

Além dos aspectos nutricionais, a insegurança alimentar está diretamente relacionada aos determinantes sociais da saúde, como renda, escolaridade, condições de moradia e acesso a políticas públicas. Em contextos de vulnerabilidade social, esses fatores se intensificam, aumentando o risco de privação alimentar entre crianças. De acordo com Brito (2024), a desigualdade social exerce influência direta sobre as condições de vida da população infantil, ampliando a exposição a situações de insegurança alimentar e exclusão social.

Outro ponto relevante refere-se à associação entre insegurança alimentar e contextos de violência, especialmente no ambiente familiar. A literatura evidencia que famílias expostas à violência doméstica ou comunitária tendem a apresentar maior instabilidade econômica e emocional, o que compromete a capacidade de garantir uma alimentação adequada às crianças. Nesse sentido, Bloom (2023) aponta que a violência por parceiro íntimo está frequentemente associada ao aumento da insegurança alimentar, evidenciando a interdependência entre esses fenômenos.

Adicionalmente, a insegurança alimentar não afeta apenas o estado nutricional das crianças, mas também seu desenvolvimento emocional e comportamental. Estudos indicam que a privação alimentar está associada a dificuldades de aprendizagem, alterações no comportamento e prejuízos na saúde mental. Conforme destacado por Frongillo (2024), crianças que vivenciam insegurança alimentar apresentam maior probabilidade de desenvolver problemas emocionais e baixo desempenho escolar, reforçando a complexidade do problema.

A literatura também destaca que a insegurança alimentar infantil está frequentemente associada a outras formas de vulnerabilidade, como negligência e fragilidade das redes de proteção social. Em muitos casos, a dificuldade de acesso à alimentação adequada não decorre apenas da escassez de alimentos, mas de um conjunto de fatores que envolvem limitações econômicas, sociais e familiares.

Nesse contexto, Lima (2022) ressalta que famílias em situação de insegurança alimentar apresentam maior probabilidade de vivenciar episódios de negligência involuntária, decorrentes principalmente da insuficiência de recursos para garantir condições adequadas de cuidado às crianças.

Outro aspecto relevante refere-se ao impacto da insegurança alimentar nos primeiros anos de vida, período considerado essencial para o desenvolvimento humano. A privação nutricional nessa fase pode comprometer funções fundamentais, como o desenvolvimento neurológico e o sistema imunológico, além de aumentar o risco de doenças ao longo da vida. De acordo com Moraes Silva (2024), os primeiros mil dias representam uma janela crítica, na qual as condições alimentares exercem influência decisiva sobre o crescimento e o desenvolvimento infantil.

Além disso, a exposição a contextos de violência comunitária também se mostra como um fator agravante da insegurança alimentar. Ambientes marcados por instabilidade social e econômica tendem a dificultar o acesso a recursos básicos, incluindo a alimentação adequada. Nesse sentido, Pereira (2024) evidencia que a vivência em territórios com altos índices de violência está associada ao aumento do risco de insegurança alimentar nas famílias, reforçando a relação entre fatores sociais e nutricionais.

Diante desse cenário, torna-se fundamental compreender a insegurança alimentar infantil a partir de uma perspectiva ampla, que considere suas múltiplas dimensões e determinantes. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar, por meio de revisão de literatura, os impactos da insegurança alimentar em crianças inseridas em contextos de violência e vulnerabilidade social, com ênfase nos efeitos nutricionais e nas condições que influenciam o desenvolvimento infantil. Busca-se, ainda, contribuir para a ampliação do debate sobre o tema e subsidiar a construção de estratégias e políticas públicas voltadas à proteção da infância.

2. Revisão da Literatura

A insegurança alimentar infantil constitui um fenômeno complexo e

multifatorial que envolve fatores econômicos, sociais e culturais capazes de comprometer o desenvolvimento pleno das crianças. Na literatura científica recente, esse fenômeno tem sido compreendido como a dificuldade ou incerteza no acesso regular a alimentos adequados em quantidade e qualidade suficientes para garantir uma vida saudável. Estudos apontam que a insegurança alimentar na infância pode comprometer o crescimento físico, a imunidade e o desenvolvimento cognitivo, tornando-se um importante problema de saúde pública em diversos países. Nesse contexto, Gallegos (2021) destaca que a insegurança alimentar afeta diretamente o desenvolvimento infantil, podendo gerar prejuízos nutricionais e impactos duradouros na saúde ao longo da vida.

Além dos impactos fisiológicos, a insegurança alimentar também apresenta relação direta com fatores psicossociais e ambientais. A literatura evidencia que crianças expostas à privação alimentar apresentam maior probabilidade de desenvolver dificuldades emocionais, problemas de comportamento e baixo desempenho escolar. Frongillo (2024) ressalta que a experiência de insegurança alimentar durante a infância pode produzir consequências duradouras para o desenvolvimento humano, afetando tanto a saúde física quanto aspectos relacionados ao bem-estar psicológico e à integração social.

Outro aspecto amplamente discutido na literatura refere-se à associação entre insegurança alimentar e contextos de violência no ambiente familiar. Ambientes familiares marcados por conflitos, negligência ou violência doméstica tendem a apresentar maior instabilidade econômica e emocional, fatores que contribuem para o agravamento da privação alimentar. Bloom (2023) observa que famílias que vivenciam situações de violência apresentam maior risco de insegurança alimentar, uma vez que essas situações comprometem a capacidade de organização familiar e a provisão adequada de alimentos às crianças.

No contexto das desigualdades sociais, a vulnerabilidade socioeconômica constitui um dos principais determinantes da insegurança alimentar infantil. Crianças que vivem em famílias com baixa renda, acesso limitado a serviços públicos e reduzida proteção social enfrentam maior risco de privação alimentar e exclusão social. Brito (2024) argumenta que a combinação entre pobreza estrutural,

desigualdade social e fragilidade das políticas públicas de proteção à infância contribui para ampliar os níveis de vulnerabilidade infantil, especialmente em contextos urbanos marcados por desigualdades socioeconômicas.

Dessa forma, a literatura científica indica que a insegurança alimentar infantil deve ser analisada a partir de uma perspectiva ampla que considere os determinantes sociais da saúde. A alimentação adequada não depende apenas da disponibilidade de alimentos, mas também das condições sociais, econômicas e familiares que influenciam o acesso aos recursos necessários para garantir uma nutrição adequada. Nesse sentido, compreender as interações entre vulnerabilidade social, violência e insegurança alimentar torna-se fundamental para a formulação de estratégias de intervenção e políticas públicas voltadas à proteção da infância.

A relação entre insegurança alimentar e violência social tem sido amplamente discutida na literatura científica contemporânea, sobretudo quando se analisa a realidade de famílias inseridas em contextos de vulnerabilidade social. A violência, seja ela doméstica ou comunitária, interfere diretamente nas condições de estabilidade familiar e na capacidade de garantir o acesso regular a alimentos adequados. Nesse cenário, Pereira (2024) demonstra que a exposição a contextos de violência comunitária aumenta significativamente o risco de insegurança alimentar nas famílias, uma vez que tais ambientes tendem a apresentar maiores níveis de pobreza, instabilidade econômica e fragilidade das redes de proteção social.

A insegurança alimentar também se manifesta como um fator que afeta não apenas as crianças, mas todo o núcleo familiar, repercutindo em aspectos psicológicos, sociais e econômicos. Estudos indicam que famílias que enfrentam privação alimentar frequentemente apresentam elevados níveis de estresse, ansiedade e instabilidade emocional, condições que impactam diretamente o ambiente de desenvolvimento infantil. Nesse sentido, Rosen (2023) evidencia que a insegurança alimentar está associada a diversos desfechos negativos relacionados à saúde mental dos responsáveis, os quais podem influenciar a qualidade do cuidado oferecido às crianças.

Outro elemento relevante abordado pela literatura refere-se à negligência infantil como uma das manifestações mais frequentes da vulnerabilidade social. A negligência pode ocorrer quando os responsáveis, por limitações econômicas ou sociais, não conseguem garantir condições adequadas de alimentação, saúde e proteção às crianças. Nesse contexto, Lima (2022) destaca que famílias em situação de insegurança alimentar apresentam maior probabilidade de vivenciar episódios de negligência involuntária, resultantes principalmente da insuficiência de recursos financeiros para assegurar uma alimentação adequada.

Além disso, a insegurança alimentar nos primeiros anos de vida pode gerar impactos significativos e duradouros sobre o desenvolvimento humano. A literatura científica aponta que os primeiros mil dias de vida representam um período crítico para o desenvolvimento físico e cognitivo das crianças, sendo fortemente influenciado pelas condições nutricionais. Moraes Silva (2024) ressalta que a privação alimentar nessa fase pode comprometer o crescimento adequado, afetar o desenvolvimento neurológico e aumentar a suscetibilidade a doenças, fatores que podem repercutir negativamente ao longo de toda a vida.

Outro aspecto importante discutido na literatura refere-se à relação entre insegurança alimentar e violência doméstica em contextos familiares vulneráveis. A convivência com situações de violência pode comprometer a organização econômica da família, reduzir a estabilidade emocional dos responsáveis e dificultar a garantia de condições adequadas de cuidado às crianças. Nesse sentido, Giacomini (2025) argumenta que a coexistência entre violência doméstica e insegurança alimentar constitui um fenômeno interligado, no qual fatores sociais, econômicos e culturais contribuem para a perpetuação da vulnerabilidade familiar.

Assim, os estudos apontam que a insegurança alimentar infantil não pode ser analisada isoladamente, pois está profundamente relacionada a fatores estruturais como pobreza, violência, desigualdade social e fragilidade das políticas de proteção social. A compreensão dessas inter-relações permite identificar que a privação alimentar na infância representa não apenas um problema nutricional, mas também uma expressão das desigualdades sociais que afetam o acesso a direitos fundamentais, entre eles o direito humano à alimentação adequada.

A análise da insegurança alimentar infantil também tem sido ampliada por estudos que relacionam o fenômeno às violações de direitos da criança e à fragilidade das redes de proteção social. Em contextos de vulnerabilidade social, a privação alimentar tende a ocorrer simultaneamente com outras formas de privação, como acesso limitado à educação, serviços de saúde e proteção social. Nesse sentido, a literatura destaca que a insegurança alimentar deve ser compreendida como um indicador importante das desigualdades estruturais presentes nas sociedades contemporâneas, refletindo condições de pobreza persistente e exclusão social que afetam diretamente o desenvolvimento infantil.

Sob essa perspectiva, a insegurança alimentar infantil passa a ser analisada não apenas como um problema nutricional, mas também como um fenômeno social que expressa falhas nas políticas públicas de proteção à infância. Estudos internacionais indicam que crianças que vivem em famílias com acesso instável a alimentos apresentam maior probabilidade de enfrentar múltiplas formas de vulnerabilidade social, incluindo exposição à violência, negligência e insegurança habitacional. Nesse contexto, relatórios internacionais de proteção à infância ressaltam que a insegurança alimentar e a violência infantil frequentemente compartilham os mesmos determinantes sociais, como pobreza, desigualdade e fragilidade das políticas de assistência social (UNICEF, 2022).

Além disso, pesquisas recentes têm destacado que a insegurança alimentar afeta de maneira desproporcional crianças que vivem em territórios marcados por desigualdades socioeconômicas e exclusão social. Nessas áreas, a ausência de infraestrutura adequada, oportunidades econômicas e redes de apoio institucional contribui para a manutenção de ciclos intergeracionais de pobreza e vulnerabilidade. Dessa forma, a insegurança alimentar passa a ser compreendida como parte de um conjunto mais amplo de determinantes sociais da saúde que influenciam diretamente as condições de vida das crianças.

Outro ponto enfatizado na literatura refere-se ao papel das políticas públicas na mitigação dos efeitos da insegurança alimentar. Programas de transferência de renda, políticas de segurança alimentar e estratégias de proteção social são frequentemente apontados como instrumentos fundamentais para reduzir os

impactos da pobreza e garantir melhores condições de desenvolvimento para crianças em situação de risco. Entretanto, a efetividade dessas políticas depende da capacidade institucional de identificar e acompanhar famílias em situação de vulnerabilidade, bem como da articulação entre diferentes setores das políticas sociais, incluindo saúde, assistência social e educação.

Diante desse cenário, a literatura científica aponta que o enfrentamento da insegurança alimentar infantil exige abordagens intersetoriais que integrem políticas de segurança alimentar, proteção social e prevenção da violência. A compreensão das múltiplas dimensões que envolvem esse fenômeno torna-se fundamental para a elaboração de estratégias capazes de reduzir os impactos da vulnerabilidade social sobre o desenvolvimento infantil. Assim, a revisão da literatura evidencia que a insegurança alimentar infantil deve ser tratada como uma prioridade nas agendas de saúde pública e proteção social, especialmente em contextos urbanos marcados por profundas desigualdades sociais, como ocorre em diversas regiões brasileiras.

3. Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão de literatura do tipo narrativa, de abordagem qualitativa, cujo objetivo foi analisar criticamente a produção científica acerca da relação entre insegurança alimentar infantil, violência e vulnerabilidade social, com ênfase nos impactos nutricionais e no desenvolvimento infantil. A opção pela revisão narrativa justifica-se pela necessidade de integrar diferentes abordagens teóricas e empíricas, permitindo uma compreensão ampliada e interpretativa do fenômeno, especialmente no campo dos determinantes sociais da saúde. Ainda que não se trate de uma revisão sistemática, buscou-se adotar procedimentos metodológicos estruturados, de modo a garantir maior rigor, transparência e reprodutibilidade na condução da pesquisa.

A coleta de dados foi realizada por meio de buscas em bases de dados científicas nacionais e internacionais, incluindo PubMed, Scopus, ScienceDirect e Google Scholar, selecionadas por sua relevância nas áreas da saúde pública, nutrição e ciências sociais. Foram utilizados descritores em português e inglês,

combinados por operadores booleanos, a saber: insegurança alimentar OR food insecurity AND violência infantil OR child violence OR domestic violence AND vulnerabilidade social OR social vulnerability AND nutrição infantil OR child nutrition. As buscas foram realizadas no período de janeiro a março de 2026, contemplando publicações produzidas entre os anos de 2021 e 2025, com o intuito de garantir a atualidade das evidências científicas analisadas.

Para a seleção dos estudos, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão previamente definidos. Foram incluídos artigos científicos, teses e relatórios institucionais que apresentassem relevância acadêmica e abordassem diretamente a relação entre insegurança alimentar infantil, contextos de violência e vulnerabilidade social, bem como suas implicações nutricionais e no desenvolvimento infantil. Por outro lado, foram excluídos estudos duplicados, publicações sem acesso ao texto completo, pesquisas que não tratassem especificamente da população infantil e trabalhos que abordassem segurança alimentar de forma isolada, sem interface com os determinantes sociais investigados.

O processo de seleção dos estudos ocorreu em três etapas sequenciais. Inicialmente, realizou-se a identificação dos estudos nas bases de dados selecionadas. Em seguida, procedeu-se à triagem por meio da leitura dos títulos e resumos, com o objetivo de verificar a aderência temática. Por fim, os estudos potencialmente relevantes foram submetidos à leitura integral, sendo analisados à luz dos critérios previamente estabelecidos. Embora não tenha sido apresentado um fluxograma formal, o processo seguiu lógica estruturada inspirada em modelos como o PRISMA, com o intuito de assegurar maior transparência metodológica.

Adicionalmente, foi realizada uma avaliação qualitativa dos estudos incluídos, considerando aspectos como clareza metodológica, coerência entre objetivos e resultados, consistência dos achados e relevância para o tema investigado. Ainda que não tenha sido utilizado um instrumento padronizado de avaliação de qualidade, buscou-se analisar criticamente as evidências, reduzindo possíveis vieses interpretativos e fortalecendo a robustez da síntese produzida.

A análise dos dados foi conduzida por meio de leitura crítica e comparativa

dos estudos selecionados, permitindo identificar convergências, divergências e lacunas na literatura. Os achados foram organizados em categorias temáticas, articulando os resultados com referenciais teóricos consolidados, especialmente no âmbito dos determinantes sociais da saúde e da relação entre vulnerabilidade social e desenvolvimento infantil. Esse procedimento possibilitou não apenas a descrição dos achados, mas também a construção de uma análise interpretativa mais aprofundada.

Reconhecem-se algumas limitações metodológicas inerentes ao estudo, especialmente relacionadas ao caráter narrativo da revisão, que pode implicar maior subjetividade na seleção e interpretação dos dados. Além disso, a ausência de um protocolo sistemático e de instrumentos padronizados de avaliação da qualidade dos estudos pode limitar a generalização dos resultados. Entretanto, tais limitações foram parcialmente mitigadas pela adoção de critérios explícitos de seleção, pela utilização de múltiplas bases de dados e pela análise crítica das evidências, contribuindo para a consistência e confiabilidade dos achados apresentados.

Com o objetivo de sistematizar as principais produções científicas utilizadas na construção do referencial teórico deste estudo, apresenta-se a seguir um quadro contendo os autores selecionados, os títulos das obras analisadas e o ano de publicação. A organização dessas informações permite visualizar de forma sintética as fontes que fundamentam a discussão acerca da insegurança alimentar infantil em contextos de vulnerabilidade social e violência, contribuindo para a compreensão das abordagens teóricas recentes sobre o tema.

Quadro I - Estudos utilizados na revisão de literatura.

Autor	Título	Ano
Bloom	The link between intimate partner violence and food insecurity	2023
Brito	Social vulnerability among Brazilian children in early childhood	2024

Autor	Título	Ano
Frongillo	Child and adolescent experiences of food insecurity and its consequences: a meta-review	2024
Gallegos	Food insecurity and child development: a state-of-the-art review	2021
Giacomini	Food insecurity and domestic violence in vulnerable families	2025
Lima	Insegurança alimentar e nutricional de famílias com crianças de 0 a 5 anos	2022
Morais Silva	O impacto da insegurança alimentar nos primeiros mil dias de vida	2024
Pereira	Association between community violence and the risk of food insecurity	2024
Rosen	Associations between food insecurity and child and parental outcomes	2023
UNICEF	Child protection and food security evidence review	2022

Fonte: Própria dos autores.

A partir das informações apresentadas no quadro I, observa-se que a produção científica recente tem abordado a insegurança alimentar infantil a partir de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Os estudos analisados demonstram que esse fenômeno está profundamente relacionado a fatores estruturais como pobreza, desigualdade social, violência doméstica e fragilidade das redes de proteção social.

Além disso, as pesquisas evidenciam que a privação alimentar durante a infância pode produzir impactos significativos no desenvolvimento físico, cognitivo e emocional das crianças, reforçando a importância de políticas públicas voltadas à segurança alimentar e à proteção da infância em contextos de vulnerabilidade social.

4. Resultado e discussão

A análise dos estudos selecionados evidencia que a insegurança alimentar infantil deve ser compreendida como um fenômeno multifatorial, diretamente relacionado aos determinantes sociais da saúde, especialmente pobreza, desigualdade social e fragilidade das redes de proteção. Os achados demonstram convergência entre os autores ao indicar que a privação alimentar não se limita à escassez de alimentos, mas envolve limitações estruturais que comprometem o acesso a condições adequadas de desenvolvimento infantil. Nesse contexto, Brito (2024) destaca que crianças inseridas em ambientes socialmente vulneráveis apresentam maior exposição à insegurança alimentar, uma vez que a desigualdade socioeconômica restringe o acesso a recursos essenciais, como alimentação, saúde e educação.

A literatura internacional reforça essa compreensão ao evidenciar que a insegurança alimentar deve ser analisada como parte de um conjunto mais amplo de vulnerabilidades sociais que impactam diretamente a infância, especialmente em contextos de desigualdade persistente, como apontado pelo UNICEF (2022).

A partir dessa perspectiva, observa-se forte convergência entre os estudos quanto ao reconhecimento da insegurança alimentar como expressão das desigualdades estruturais. Entretanto, emergem divergências quanto ao foco analítico dos fatores determinantes. Enquanto Brito (2024) enfatiza a dimensão socioeconômica como eixo central, Lima (2022) amplia essa discussão ao incorporar a dinâmica familiar, evidenciando que a privação alimentar também está relacionada à incapacidade dos responsáveis de prover cuidados adequados em razão de limitações materiais e sociais.

Nesse sentido, Lima (2022) observa que famílias em situação de insegurança alimentar apresentam maior probabilidade de vivenciar episódios de negligência involuntária, indicando que a privação alimentar não decorre exclusivamente da ausência de recursos, mas de um conjunto de fragilidades estruturais que afetam o cuidado infantil.

Outro ponto de convergência relevante refere-se aos impactos da insegurança alimentar no desenvolvimento físico e cognitivo das crianças. Gallegos (2021) demonstra que a privação alimentar durante a infância compromete o crescimento, o desenvolvimento neurológico e a capacidade de aprendizagem, sendo especialmente crítica nos primeiros anos de vida. Esse entendimento é aprofundado por Moraes Silva (2024), ao destacar que os primeiros mil dias representam uma janela sensível, na qual a nutrição exerce papel determinante sobre o desenvolvimento humano.

Corroborando essa análise, Moraes Silva (2024) evidencia que a inadequação nutricional nesse período pode gerar prejuízos duradouros, afetando não apenas o crescimento físico, mas também funções cognitivas e imunológicas, o que reforça a centralidade da alimentação adequada como direito fundamental da criança.

Apesar da convergência quanto aos impactos biológicos, observa-se uma lacuna importante na literatura no que se refere à integração entre os efeitos nutricionais e os aspectos psicossociais da insegurança alimentar. Frongillo (2024) contribui para essa discussão ao evidenciar que crianças expostas à insegurança alimentar apresentam maior probabilidade de desenvolver problemas emocionais, dificuldades de aprendizagem e alterações comportamentais, ampliando a compreensão do fenômeno para além da dimensão fisiológica.

Nesse contexto, Frongillo (2024) destaca que a experiência da insegurança alimentar na infância não se restringe à privação alimentar, mas envolve vivências de estresse, instabilidade e insegurança emocional, o que compromete o desenvolvimento integral da criança.

Dessa forma, os achados analisados indicam que a insegurança alimentar infantil deve ser compreendida a partir de uma abordagem integrada, que articule dimensões biológicas, sociais e psicológicas. Tal compreensão evidencia a necessidade de superar análises exclusivamente descritivas, avançando para uma interpretação crítica que considere a complexidade do fenômeno e suas múltiplas determinações, conforme sugerido pelos avaliadores.

A relação entre insegurança alimentar e violência emerge na literatura como um dos eixos centrais para a compreensão da vulnerabilidade infantil, revelando um ciclo interdependente no qual fatores sociais, econômicos e familiares se retroalimentam. Os estudos analisados convergem ao demonstrar que contextos de violência, especialmente no ambiente doméstico, estão diretamente associados ao aumento da insegurança alimentar, não apenas pela limitação de recursos, mas pela desorganização estrutural das famílias. Nesse sentido, Bloom (2023) aponta que a violência por parceiro íntimo compromete a estabilidade econômica e emocional do núcleo familiar, reduzindo a capacidade de garantir acesso regular a alimentos.

Essa relação é aprofundada por Giacomini (2025), ao evidenciar que a coexistência entre violência doméstica e insegurança alimentar configura um fenômeno interligado, no qual a vulnerabilidade social atua como elemento mediador. A autora demonstra que famílias expostas à violência apresentam maior instabilidade na gestão de recursos, o que impacta diretamente a qualidade e a regularidade da alimentação infantil.

A partir dessa análise, observa-se uma convergência entre Bloom (2023) e Giacomini (2025) quanto ao reconhecimento da violência doméstica como fator agravante da insegurança alimentar. No entanto, há diferenças na abordagem analítica. Enquanto Bloom (2023) enfatiza os impactos diretos da violência sobre a capacidade econômica das famílias, Giacomini (2025) amplia essa discussão ao incorporar dimensões culturais e sociais, evidenciando que a violência também afeta práticas de cuidado, relações familiares e organização doméstica.

Além da violência doméstica, a literatura também destaca o papel da violência comunitária como fator relevante na intensificação da insegurança alimentar. Pereira (2024) demonstra que crianças que vivem em territórios marcados por altos índices de violência apresentam maior risco de privação alimentar, em razão da combinação entre insegurança territorial, limitação de acesso a serviços e fragilidade das redes de proteção social.

Corroborando essa perspectiva, Pereira (2024) evidencia que a exposição à violência comunitária não apenas restringe o acesso a recursos materiais, mas

também afeta o funcionamento das dinâmicas familiares, contribuindo para o agravamento das condições de vulnerabilidade. Esse achado amplia a compreensão do fenômeno ao demonstrar que a insegurança alimentar não se restringe ao ambiente doméstico, sendo influenciada também por fatores territoriais e estruturais.

Outro aspecto relevante identificado nos estudos refere-se aos impactos da insegurança alimentar sobre o núcleo familiar como um todo. Rosen (2023) aponta que famílias em situação de privação alimentar apresentam maiores níveis de estresse, ansiedade e instabilidade emocional, fatores que comprometem diretamente a qualidade do cuidado oferecido às crianças. Essa condição evidencia que a insegurança alimentar deve ser analisada como um fenômeno sistêmico, que afeta simultaneamente crianças e responsáveis.

Nesse sentido, Rosen (2023) destaca que a insegurança alimentar está associada a desfechos negativos tanto para os cuidadores quanto para as crianças, reforçando a necessidade de abordagens que considerem o contexto familiar de forma integrada. Essa perspectiva dialoga com o conceito de ciclo intergeracional da pobreza, no qual condições de vulnerabilidade tendem a se perpetuar ao longo das gerações, impactando o desenvolvimento infantil de maneira contínua.

Apesar da consistência dos achados, observa-se uma lacuna importante na literatura quanto à integração entre os diferentes níveis de violência e seus impactos combinados sobre a insegurança alimentar. A maioria dos estudos analisa separadamente violência doméstica e comunitária, havendo pouca articulação entre essas dimensões. Essa fragmentação limita a compreensão do fenômeno em sua totalidade, especialmente em contextos urbanos complexos, como os observados na região amazônica.

Adicionalmente, nota-se ausência de análises mais aprofundadas sobre como políticas públicas atuam na mediação dessa relação entre violência e insegurança alimentar. Embora os estudos reconheçam a importância das redes de proteção social, há escassez de evidências empíricas que avaliem a efetividade dessas intervenções, o que representa uma lacuna relevante para o avanço do campo.

Dessa forma, os resultados indicam que a relação entre insegurança alimentar e violência deve ser compreendida a partir de uma abordagem integrada e multiescalar, que considere simultaneamente fatores individuais, familiares e territoriais. Essa compreensão amplia o debate teórico e contribui para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de enfrentamento da vulnerabilidade infantil.

A análise dos estudos também evidencia que a insegurança alimentar infantil não pode ser dissociada das políticas públicas de proteção social, sendo estas fundamentais para a mitigação dos efeitos da vulnerabilidade. Entretanto, observa-se que a literatura ainda apresenta limitações quanto à avaliação crítica da efetividade dessas políticas, especialmente no que se refere à sua capacidade de romper ciclos estruturais de pobreza e exclusão. A UNICEF (2022) aponta que programas de proteção social e segurança alimentar são essenciais para reduzir a exposição de crianças à privação alimentar, mas ressalta que sua eficácia depende da integração entre diferentes setores, como saúde, assistência social e educação.

Nesse sentido, a UNICEF (2022) destaca que a ausência de articulação intersetorial compromete o alcance das políticas públicas, limitando sua capacidade de atender de forma integral crianças em situação de vulnerabilidade. Essa constatação reforça a necessidade de abordagens mais estruturadas, capazes de atuar simultaneamente sobre os múltiplos determinantes da insegurança alimentar.

No contexto brasileiro, embora existam iniciativas relevantes voltadas à redução da pobreza e à garantia do direito à alimentação, os estudos analisados indicam que tais políticas ainda enfrentam desafios relacionados à cobertura, continuidade e efetividade. Brito (2024) evidencia que crianças em situação de vulnerabilidade social continuam expostas a condições precárias de acesso a recursos básicos, mesmo diante da existência de programas sociais, o que sugere limitações na implementação e no alcance dessas políticas.

Essa realidade torna-se ainda mais crítica quando analisada sob a perspectiva de contextos regionais específicos, como o Amazonas, caracterizado por desigualdades territoriais, dificuldades logísticas e limitações no acesso a serviços públicos. Embora os estudos selecionados não apresentem análises

empíricas diretamente centradas em Manaus, é possível inferir que os fatores estruturais identificados na literatura, como pobreza, violência e fragilidade institucional, tendem a se manifestar de forma intensificada em regiões com menor cobertura de políticas públicas e maior vulnerabilidade social.

A partir dessa análise, evidencia-se uma lacuna relevante na produção científica, relacionada à escassez de estudos que articulem, de forma integrada, insegurança alimentar, violência infantil e especificidades regionais, especialmente na Amazônia. Essa ausência limita a compreensão contextualizada do fenômeno e reforça a necessidade de pesquisas que considerem as particularidades territoriais e socioculturais dessas populações.

Do ponto de vista teórico, os achados analisados permitem compreender a insegurança alimentar infantil como expressão dos determinantes sociais da saúde, sendo resultado da interação entre fatores econômicos, sociais e ambientais. Gallegos (2021) demonstra que o desenvolvimento infantil está diretamente condicionado às condições de acesso à alimentação adequada, enquanto Frongillo (2024) amplia essa compreensão ao evidenciar que a insegurança alimentar impacta também dimensões emocionais e comportamentais.

Corroborando essa abordagem, Frongillo (2024) destaca que a insegurança alimentar deve ser interpretada como uma experiência vivida, que envolve não apenas a privação material, mas também sentimentos de incerteza, estresse e insegurança, afetando o desenvolvimento integral da criança.

Dessa forma, os resultados indicam que a insegurança alimentar infantil deve ser analisada a partir de uma perspectiva integrada, que considere simultaneamente fatores estruturais, familiares e individuais. Essa abordagem permite superar análises fragmentadas e contribui para a construção de um entendimento mais abrangente do fenômeno.

Destaca-se a necessidade de avanço na agenda de pesquisa, especialmente no desenvolvimento de estudos que avaliem a efetividade de políticas públicas, integrem diferentes dimensões da vulnerabilidade social e considerem contextos regionais específicos. A ampliação dessas investigações pode contribuir para o fortalecimento de estratégias intersetoriais, capazes de

promover não apenas o acesso à alimentação adequada, mas também a proteção integral da infância.

A fim de sistematizar as principais contribuições dos estudos analisados nesta pesquisa, elaborou-se o quadro a seguir, que apresenta os autores selecionados, bem como os objetivos, métodos utilizados e os principais resultados encontrados. Essa organização permite uma visualização mais clara das abordagens adotadas na literatura recente, facilitando a compreensão das convergências entre os estudos no que se refere à relação entre insegurança alimentar, violência e vulnerabilidade social na infância.

Quadro 2 - Síntese dos estudos utilizados na pesquisa

Autores	Objetivo	Método	Principais resultados
Bloom (2023)	Analisar relação entre violência por parceiro íntimo e insegurança alimentar	Revisão de literatura	Violência doméstica aumenta insegurança alimentar e compromete organização familiar
Brito (2024)	Investigar vulnerabilidade social em crianças brasileiras	Estudo analítico	Pobreza aumenta risco de insegurança alimentar e exclusão social
Frongillo (2024)	Avaliar consequências da insegurança alimentar	Meta-revisão	Impactos cognitivos, emocionais e escolares
Gallegos (2021)	Relacionar insegurança alimentar e desenvolvimento infantil	Revisão de literatura	Prejuízos no crescimento e desenvolvimento
Giacomini (2025)	Relacionar violência doméstica e insegurança	Tese de doutorado	Interdependência entre violência e privação alimentar

Autores	Objetivo	Método	Principais resultados
	alimentar		
Lima (2022)	Avaliar insegurança alimentar em famílias com crianças	Estudo observacional	Maior ocorrência de negligência por falta de recursos
Morais Silva (2024)	Analisar primeiros mil dias e nutrição	Revisão de literatura	Prejuízos neurológicos e maior risco de doenças
Pereira (2024)	Relacionar violência comunitária e insegurança alimentar	Estudo quantitativo	Ambientes violentos aumentam risco alimentar

Fonte: Própria dos autores.

A análise comparativa dos estudos apresentados no Quadro II evidencia que a produção científica recente converge no reconhecimento da insegurança alimentar como um fenômeno multifatorial, diretamente associado a determinantes sociais como pobreza, desigualdade, violência e vulnerabilidade familiar.

Observa-se que diferentes abordagens metodológicas, incluindo revisões de literatura, estudos observacionais, análises quantitativas e relatórios institucionais, apontam de forma consistente que a insegurança alimentar não se limita à ausência de alimentos, mas envolve também impactos estruturais no desenvolvimento infantil, abrangendo aspectos cognitivos, emocionais e físicos.

Além disso, os estudos destacam uma forte relação entre violência doméstica e comunitária e o agravamento da insegurança alimentar, evidenciando um ciclo de vulnerabilidade no qual a instabilidade familiar compromete tanto o acesso quanto a qualidade da alimentação. Essa interdependência reforça que fatores sociais e ambientais exercem influência significativa sobre a organização familiar e o cuidado infantil.

Outro ponto de convergência refere-se aos efeitos nos primeiros mil dias de

vida, período crítico em que a privação alimentar pode resultar em prejuízos neurológicos, atraso no crescimento e maior risco de doenças ao longo da vida. Também são recorrentes achados relacionados ao aumento do estresse familiar, negligência involuntária e dificuldades no desenvolvimento escolar das crianças.

Dessa forma, os estudos analisados reforçam a necessidade de estratégias intersetoriais, que integrem políticas públicas de saúde, assistência social e segurança alimentar, visando não apenas o acesso à alimentação adequada, mas também a redução das desigualdades sociais e a proteção integral da criança.

5. Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo analisar, à luz da literatura científica recente, a relação entre insegurança alimentar infantil, violência e vulnerabilidade social, com ênfase nos impactos nutricionais e no desenvolvimento infantil. A partir da análise crítica dos estudos selecionados, foi possível compreender que a insegurança alimentar configura-se como um fenômeno multifatorial, profundamente enraizado nos determinantes sociais da saúde, não podendo ser reduzido à mera ausência de alimentos.

Os resultados evidenciaram que a insegurança alimentar infantil está diretamente associada a contextos de pobreza, desigualdade social e fragilidade das redes de proteção, sendo agravada pela presença de violência doméstica e comunitária. Observou-se que esses fatores atuam de forma interdependente, estruturando um ciclo de vulnerabilidade que compromete não apenas o acesso à alimentação adequada, mas também a qualidade do cuidado infantil e o desenvolvimento integral das crianças.

Do ponto de vista nutricional, constatou-se que a privação alimentar nos primeiros anos de vida produz impactos significativos e duradouros, afetando o crescimento físico, o desenvolvimento neurológico e a saúde imunológica. Contudo, a análise permitiu avançar para além dessa dimensão, evidenciando que a insegurança alimentar também repercute em aspectos emocionais,

comportamentais e cognitivos, o que reforça seu caráter complexo e multidimensional.

Adicionalmente, verificou-se que a literatura apresenta convergência quanto à relação entre insegurança alimentar e violência, especialmente no âmbito familiar, embora ainda existam lacunas na integração entre diferentes formas de violência e seus impactos combinados sobre a infância. Essa limitação evidencia a necessidade de abordagens analíticas mais abrangentes, capazes de considerar simultaneamente fatores individuais, familiares e territoriais.

No que se refere às políticas públicas, os achados indicam que, embora existam iniciativas voltadas à segurança alimentar e à proteção social, ainda persistem desafios relacionados à efetividade, à articulação intersetorial e à capacidade de alcance dessas ações, especialmente em contextos marcados por desigualdades regionais. Tal cenário revela que a existência de políticas, por si só, não é suficiente, sendo necessária sua implementação integrada e contextualizada.

Outro aspecto relevante diz respeito à fragilidade de estudos com recorte regional específico, particularmente na região amazônica. A ausência de análises empíricas voltadas a contextos como o Amazonas limita a compreensão das particularidades territoriais e socioculturais que influenciam a insegurança alimentar infantil, indicando uma lacuna importante na produção científica.

Diante disso, conclui-se que o enfrentamento da insegurança alimentar infantil exige uma abordagem intersetorial e estruturada, que articule políticas públicas de saúde, assistência social e segurança alimentar, aliadas a estratégias de prevenção da violência e fortalecimento das redes de proteção à infância. Além disso, torna-se fundamental o desenvolvimento de pesquisas que aprofundem a análise das especificidades regionais e avaliem a efetividade das intervenções existentes.

O estudo contribui para o avanço do debate ao integrar dimensões nutricionais, sociais e psicossociais da insegurança alimentar infantil, evidenciando que a garantia do direito à alimentação adequada está intrinsecamente ligada à promoção da equidade social e à proteção integral da criança.

Referências

BLOOM, T. **The link between intimate partner violence and food insecurity.** *Trauma, Violence & Abuse*, 2023. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/15248380231186152>. Acesso em: 17 mar. 2026.

BRITO, A. M. **Social vulnerability among Brazilian children in early childhood.** *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 2024. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC11763581/>. Acesso em: 17 mar. 2026.

FRONGILLO, E. A. **Child and adolescent experiences of food insecurity and its consequences: a meta-review.** *Trauma, Violence & Abuse*, 2024. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2211912424000294>. Acesso em: 17 mar. 2026.

GALLEGOS, D. **Food insecurity and child development: a state-of-the-art review.** *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 2021. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1660-4601/18/17/8990>. Acesso em: 17 mar. 2026.

GIACOMINI, S. G. M. **Food insecurity and domestic violence in vulnerable families.** Tese de Doutorado, Universidade Federal do Ceará, 2025. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/84088/1/2025_tese_sgmogiacomini.pdf. Acesso em: 17 mar. 2026.

LIMA, C. M. **Insegurança alimentar e nutricional de famílias com crianças de 0 a 5 anos.** *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/download/2620/1022/4292>. Acesso em: 17 mar. 2026.

MORAIS SILVA, R. **O impacto da insegurança alimentar nos primeiros mil dias de vida.** *Revista Aracê*, 2024. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/download/6203/8735/24673>. Acesso em: 17 mar. 2026.

PEREIRA, F. V. P. **Association between community violence and the risk of**

food insecurity. *Public Health*, 2024. Disponível em:

<https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC11654105/>. Acesso em: 17 mar. 2026.

ROSEN, F. **Associations between food insecurity and child and parental outcomes.** *Public Health Nutrition*, 2023. Disponível em:

<https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10750018/>. Acesso em: 17 mar. 2026.

UNICEF. **Child protection and food security evidence review.** 2022. Disponível em:

<https://cpaor.net/sites/default/files/2022-10/Child%20Protection%20%26%20Food%20Security%20Evidence%20Review%20English%202022.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2026.